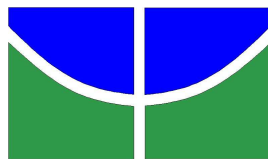


MALCÓV MACHADO MARCOS TERENA

A DIPLOMACIA DO INTERESSE NACIONAL:  
Aspectos da Política Externa do Governo Médici

Brasília  
2011



MALCÓV MACHADO MARCOS TERENA

A DIPLOMACIA DO INTERESSE NACIONAL:  
Aspectos da Política Externa do Governo Médici

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História.

Orientação: Profa. Dra. Ione de Fátima Oliveira.

Data da defesa oral: 12/07/2011

Membros da banca examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal  
Profª. Dra. Ione de Fátima Oliveira  
Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

Brasília  
2011

## **Resumo**

Este trabalho divide-se em duas partes. A primeira trabalha a memorialística e a historiografia da política externa do governo militar de Emílio Garrastazu Médici (1969-1973). A segunda parte versa sobre os fatos diplomáticos mais relevantes daquele período, com uma breve análise sobre a influência do contexto interno no processo decisório da política externa e realce dos fatos políticos mais importantes envolvendo a atuação diplomática brasileira nas esferas bi e multilaterais. Em vista da complexidade do tema, procurou-se conciliar diferentes perspectivas e abordagens teóricas que pudessem facilitar a exposição geral do conteúdo sem decréscimo de relevância científica.

## Sumário

Resumo .....	02
Introdução .....	04
1. Historiografia e produção científica: as diferentes interpretações sobre a política externa do governo Médici .....	08
1.1 Memorialística da política externa do governo Médici .....	08
1.2 Análise sobre a diplomacia pessoal do Presidente da República .....	10
1.3 Análise internacionalista .....	11
1.4 Historiografia recente .....	13
1.5 Lacunas bibliográficas .....	19
2. A diplomacia do interesse nacional: gestão Mário Gibson Barboza (1969-1974) .....	20
2.1 Contexto interno .....	20
2.1.1 A tecnocracia no poder .....	21
2.2 Diretrizes gerais da política externa .....	22
2.3 Multilateralismo .....	24
2.3.1 Características .....	24
2.3.2 Política de segurança .....	25
2.3.3 Atuação política .....	26
2.3.4 Atuação econômica .....	27
2.4 Características do bilateralismo .....	29
2.4.1 EUA .....	30
2.4.2 América Latina .....	31
2.4.3 Portugal, África e a questão colonial .....	33
2.4.4 Oriente Médio .....	34
2.4.5 Europa Ocidental e Japão .....	35
2.4.6 Países socialistas .....	36
2.4.7 Ásia e Oceania .....	36
Considerações Finais .....	37
Fontes Impressas .....	39
Bibliografia .....	40
Declaração de Autenticidade .....	43

## Introdução

O breve trabalho apresentado a seguir disserta sobre a política externa brasileira do governo militar do general Emílio Garrastazu Médici entre os anos de 1969 e 1973. A monografia foi construída sobre dois eixos temáticos centrais, que correspondem aos dois únicos capítulos do texto. No primeiro, abordarei questões envolvendo a produção de memórias e material historiográfico sobre o assunto. No segundo capítulo discutirei importantes elementos para a compreensão da política externa do governo Médici, tais como o contexto político interno e a atuação diplomática na arena internacional.

O tema escolhido é capítulo de fundamental importância para a compreensão global da política externa brasileira. Diante da complexidade que envolve o processo histórico enquanto realidade *necessária*<sup>1</sup>, entende-se que os elementos que envolvem a política exterior de um país são essenciais para o levantamento de hipóteses e a construção de debates historiográficos referentes à história política contemporânea. As questões sociais, culturais, de identidade, gênero e mentalidades também contribuem, indubitavelmente, para a construção de um saber histórico multidimensional e em constante aprimoramento. Ao privilegiar processos decisórios envolvendo estados e organismos multilaterais, o trabalho monográfico não deprecia o valor científico de outras formas de enfoques históricos nem valoriza sobremaneira a ação do Estado. Apenas reconhece o aparato estatal como um lugar importante para a elaboração de políticas e a presença de personalidades (agentes estatais) com graus de influência na formulação dessas concepções políticas. A opção por este viés historiográfico específico contribui para o acúmulo do saber científico e, principalmente, para a consolidação dos meus conhecimentos historiográficos.

A política exterior de um Estado versa sobre a resolução de questões internacionais como guerras, paz, litígios, entendimentos bilaterais e multilaterais, acordos e cooperação. A diplomacia brasileira, especificamente, construiu uma histórica tradição de defesa da auto-determinação dos povos, resolução pacífica de conflitos através do diálogo e busca da autonomia. O Ministério das Relações Exteriores foi criado após a independência do Brasil no século XIX, e, desde então, desenvolveu-se e consolidou-se como o órgão mais antigo e tradicional do executivo. Ao aprimorar sua estrutura administrativa interna em função das demandas da realidade internacional e aperfeiçoar o corpo diplomático a partir de década de 1930, o Itamaraty passou a defender o desenvolvimento nacional como prioritário,

---

<sup>1</sup> Trata-se, aqui, de uma concepção historicista, segunda a qual a realidade é história (desenvolvimento, racionalidade e necessidade), e todo conhecimento é conhecimento histórico. Ver CROCE, Benedetto. *A*

adquirindo respaldo de suas políticas tanto no âmbito interno quanto externo. Isso explica, de certa maneira, a relativa autonomia de que dispõe o ministério para a execução da política externa, malgrado alguns momentos conturbados da história brasileira.

Na gestão de Mário Gibson Barboza, ministro das relações exteriores do presidente Médici, essa concepção de autonomia institucional se manteve. O Itamaraty continuou a atuar em função do projeto nacional de desenvolvimento, razão pela qual a política externa desse período ficou conhecida na historiografia como a *Diplomacia do Interesse Nacional*. Apesar de a busca pelo desenvolvimento não constituir novidade no período em questão, as estratégias utilizadas pela diplomacia brasileira se diferenciaram em alguns aspectos das utilizadas em experiências pregressas. O Brasil passou a atuar de forma pragmática na esfera internacional. Afastou-se do discurso terceiro-mundista típico da *Diplomacia da Prosperidade*<sup>2</sup> de Costa e Silva, que inserira o país no contexto de oposição norte-sul em contraposição ao alinhamento automático na divisão leste-oeste característica do conflito bipolar entre EUA e URSS. O governo Médici passou a enfatizar as relações bilaterais devido à frustração de expectativas do Brasil nas esferas multilaterais. O país considerou as relações multilaterais insuficientes para a consecução do projeto nacional de desenvolvimento, embora não as tenha esvaziado completamente. Um estratégico *low-profile* político foi mantido nas relações internacionais, cuja atuação foi marcada por flexibilidade, autonomia e pragmatismo.

A equidistância pragmática e a defesa de interesses nacionais específicos em foros internacionais e nas relações bilaterais contribuíram para despertar algum tipo de reação desfavorável por parte de países com quem o Brasil mantinha intensa agenda diplomática. É o caso de Estados Unidos, Argentina e Portugal. Entre 1969 e 1973, período analisado pelo trabalho, o Brasil tomou decisões que resultaram em importantes debates, negociações e mesmo atritos com esses países. No caso dos Estados Unidos, a principal divergência envolvendo os dois países se deu em função da ampliação do mar territorial de 12 para 200 milhas, em 1970, devido a interesses econômicos. A Argentina interpôs sérias dificuldades para que o Brasil pudesse celebrar os importantes acordos bilaterais com o Paraguai relacionados à construção da usina de Itaipu na tríplice fronteira. Portugal, por fim, reagiu

---

*História - Pensamento e Ação*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1962.

<sup>2</sup> Sobre a *diplomacia da prosperidade*, consultar: MIYAMOTO, Shiguenoli. *Do discurso triunfalista ao pragmatismo ecumênico (geopolítica e política externa no Brasil pós-64)*. 1995. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo; MARTINS, Carlos Estevam. “A evolução da política externa brasileira na década de 64/74” *Estudos Cebrap*, v. 12, p. 58-59, abr./jun. 1975 e MARTINS, Rodrigo Perla. *A “diplomacia da prosperidade”: a política externa do governo Costa e Silva (1967-1969)*. Porto Alegre: Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, 1999.

desfavoravelmente à decisão brasileira de não sustentar os interesses portugueses nas votações internacionais da ONU sobre a questão das colônias africanas. Apesar da união e dos laços de amizade históricos entre os dois países, o Brasil optou por apoiar a independência das colônias portuguesas na África, instrumentalizando o tradicional postulado de defesa da auto-determinação dos povos.

Essas percepções iniciais sobre a política externa do governo Médici não esgotam as diferentes possibilidades de interpretação do tema trabalhado nesta monografia. Os diversos vieses interpretativos e metodológicos que lidam com o assunto em questão serão apresentados no primeiro capítulo, no intuito de fornecer subsídios relevantes para a compreensão e o desenvolvimento de estudos posteriores, bem como dos temas e conceitos utilizados no capítulo seguinte. Pretendo ressaltar não só a importância de trabalhos pautados por estrita metodologia científica, mas também o registro escrito das memórias dos atores históricos que vivenciaram aquele período. Para tal, é mister apresentar uma breve análise conceitual sobre memória e historiografia, a fim de fornecer os argumentos que pontuam a necessidade da exposição dos respectivos acervos intelectuais utilizados no trabalho.

A memória é uma construção sobre o passado, sendo constituída por duas condições ou momentos distintos: um é a conservação ou persistência de conhecimentos passados que, por serem passados, não estão mais à vista: é a retentiva; o outro é a possibilidade de evocar, quando necessário, o conhecimento passado e de torná-lo atual ou presente; é propriamente a recordação.

Esses dois momentos já foram distinguidos por Platão, que os chamou respectivamente de “conservação de sensações” e “reminiscência”, e por Aristóteles, que utiliza esses mesmos termos<sup>3</sup>.

As memórias aqui utilizadas para compreensão do assunto em estudo operam os dois momentos possíveis de maneira associativa. Aristóteles, contudo, evidenciava uma característica fundamental da memória como recordação: seu caráter ativo de deliberação ou de escolha<sup>4</sup>. A singela observação do filósofo grego alerta para o fato da necessidade da memória ser trabalhada com extremo zelo pelo historiador, em franco diálogo com outras fontes. A memória oral e a memória escrita são importantes fontes de estudo, mas não devem, por si só, esgotar outras possibilidades interpretativas.

O termo historiografia é adequado para indicar o conhecimento histórico, na sua

---

<sup>3</sup> ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 759.

distinção de realidade histórica. As interpretações sobre esse conhecimento são fundamentalmente duas: podem ser qualificadas como historiografia universal e historiografia pluralista. A primeira corresponde à interpretação da realidade histórica como mundo e a segunda como objeto definível ou verificável através dos instrumentos de pesquisa de que se dispõe.

A historiografia pluralista é a mais adequada para o entendimento desta pesquisa. Ela caracteriza-se pelo abandono de conceitos como "mundo histórico" ou "história universal" e pelo reconhecimento da pluralidade das formas do conhecimento histórico e da sua dependência em relação ao material documentário disponível e aos princípios que orientam a escolha historiográfica. Os fundamentos da metodologia historiográfica contemporânea compartilhados pelo presente trabalho podem ser resumidos da seguinte forma:

*Individualidade* do fato histórico (não-repetibilidade), assim definido por dois parâmetros fundamentais: cronologia e geografia. Também têm caráter individualizante os critérios de escolha historiográfica, pois tendem a pôr em evidência um fato entre outros, a ressaltar seu significado ou sua importância, portanto o seu caráter de algum modo "singular" ou "único". O conhecimento histórico também é *seletivo*: a escolha historiográfica é feita, em primeiro lugar, em relação aos fatos, mas também, simultaneamente, em relação às hipóteses que estão incorporadas na própria verificação dos fatos. O pluralismo das escolhas, isto é, a possibilidade de efetuar opções historiográficas diferentes e de mudar e corrigir as já efetuadas, é uma das condições do conhecimento histórico<sup>5</sup>; este, por fim, não visa à explicação causal, mas à *explicação condicional*: as noções de causa e de lei têm pouca possibilidade de aplicação no domínio historiográfico. A preferência pela explicação condicional reduz a importância da oposição entre explicação e compreensão, antes expressa pela oposição entre ciências da natureza e ciências humanas. Tanto a explicação como a compreensão consistem na determinação da possibilidade do objeto<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> IBID.

<sup>5</sup> Ver BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 2 e POPPER, Karl. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1991.

<sup>6</sup> ABBAGNANO (2007), pp. 591-594.



# 1. Historiografia e produção científica: as diferentes interpretações sobre a política externa do governo Médici

## 1.1 Memorialística da política externa do governo Médici

O conjunto das memórias em torno da política externa do regime militar, em especial, do governo Médici, representa fonte de pesquisa singular para a compreensão da política externa exercida pelo governo brasileiro no intervalo entre os anos de 1969 e 1974.

Uma das obras mais significativas e interessantes sobre o período é a do diplomata e ex-ministro das relações exteriores do governo Médici, Mário Gibson Barboza, *Na Diplomacia, o traço todo da vida*, publicado em 1992. Segundo o próprio autor, a motivação para a publicação desse conjunto de memórias sobre sua carreira diplomática teve origem em seu depoimento concedido ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil), da Fundação Getúlio Vargas, em convênio com a Fundação Alexandre de Gusmão do Itamaraty.<sup>7</sup> O livro, portanto, é baseado em sua experiência profissional como funcionário de carreira do Ministério das Relações Exteriores, desde seu primeiro posto no exterior, em 1943, até sua aposentadoria em fins da década de 1980.

Os temas trabalhados pelo autor são discutidos a partir de uma visão pessoal. Gibson Barboza expõe suas impressões sobre os fatos que vivenciou concretamente: litígios diplomáticos, a subjetividade das relações pessoais, desafios profissionais, colocações políticas e mesmo seus sentimentos à época dos acontecimentos. A narrativa acontece de forma linear, em primeira pessoa, com uso de diálogos.

Entre os fatos de maior repercussão no período narrados pelo autor estão os sequestros de autoridades diplomáticas estrangeiras em território nacional, bem como de um diplomata brasileiro no Uruguai. O ex-ministro participou ativamente das negociações. Sua descrição dos acontecimentos é material de importante relevância para a construção da memória sobre os episódios.

No plano das relações bilaterais há relevantes descrições sobre a aproximação política do Brasil com a África. Barboza foi o primeiro ministro brasileiro a realizar visita a países recém-independentes daquele continente: Costa do Marfim, Gana, Togo, Daomé, Zaire, Camarões, Nigéria e Senegal. As relações com Portugal também ganharam destaque em suas memórias, demonstrando a importância e a complexidade enfrentada pela

---

<sup>7</sup> BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 10.

diplomacia brasileira em suas relações com o país lusitano, que serão discutidas mais a frente. Além desses países, Barboza relembra as relações bilaterais com EUA, Paraguai, Argentina e países envolvidos na Guerra dos Seis Dias, cuja tentativa brasileira de intermediação entre os beligerantes, após a guerra, foi representada pelo então ministro.

As memórias do ex-ministro Mário Gibson Barboza não se restringem ao período em que esteve à frente da pasta do Itamaraty. Contudo, a parte mais relevante para a construção de uma interpretação historiográfica sobre o período está relacionada às situações vivenciadas pelo autor durante o exercício do cargo de Ministro das Relações Exteriores.

O fato de o ex-ministro ter representado um regime conhecido pelos seus métodos autoritários de repressão, não o impediu de fazer ponderações críticas sobre o governo a que pertenceu. Mas Barboza lembra que, mesmo no exercício do cargo, sempre gozou de absoluta autonomia para a execução da política externa. A ausência de ingerências militares no Ministério não se restringiu a uma afeição pessoal de Médici pelo seu ministro. O ex-chanceler ressalta que o bom conceito desfrutado pelo Brasil na comunidade internacional é assegurado pela tradição de isonomia e profissionalismo do Itamaraty perante a política interna. Em função dessa autonomia gozada durante o governo Médici, Barboza admite que os erros cometidos durante sua gestão tenham sido de sua total responsabilidade.<sup>8</sup>

Outro diplomata que contribuiu com suas memórias para a construção de vieses interpretativos sobre a política externa do período militar foi o diplomata e economista Roberto Campos, em seu livro *A lanterna na popa*. Campos foi ministro do planejamento do governo Castelo Branco e crítico ferrenho do estatismo econômico promovido pelos presidentes subsequentes. Embora não tenha participado ativamente da formulação da política externa durante o governo Médici, suas críticas às políticas econômica e internacional desse período são interessantes por propiciar ao historiador uma visão distinta daqueles que representaram oficialmente a política externa do Brasil, como o supracitado Mário Gibson Barboza. Segundo Campos, suas teorias sobre política interna e externa lhe asseguraram um longo período de merecido ostracismo, quando trabalhou para órgãos supra-estatais, como o Instituto Internacional de Educação, da Unesco, o *International Development Research Institute* e o *Resources for the Future*.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Idem, pp.127-129.

<sup>9</sup> CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa*: memórias. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994, p. 889.

## 1.2 Análise sobre a diplomacia pessoal do Presidente da República

Segundo Celso Lafer, um dos imperativos do sistema internacional é a “diplomacia global”. A ação direta do chefe de estado e de governo é uma resposta a esse imperativo. A diplomacia presidencial não se limita a uma tarefa de comunicação social. Ela deve ser exercida como poder interno de iniciativa não-burocrática, para dar prioridade a temas de política externa. Está no âmbito das competências jurídicas dos chefes de estado e de governo.<sup>10</sup>

Em seu livro *Diplomacia Presidencial*, o diplomata Sérgio Danese analisa a ação diplomática direta de chefes de estado e chefes de governo através de dados históricos sobre diplomacia de cúpula. Entre os governantes analisados estão Napoleão III, Bismarck, Kennedy, Getúlio Vargas e o presidente que interessa diretamente à execução do presente trabalho: Emílio Garrastazu Médici.

Na visão de Danese, o presidente Médici não encontrou espaço, em quase cinco anos de presidência, para exercer uma diplomacia presidencial, apesar do vigor do chamado “milagre econômico” que o Brasil desfrutava. As únicas visitas realizadas por Médici se restringiram aos Estados Unidos e Portugal, e alguns encontros com presidentes de países vizinhos, sendo quatro deles na fronteira ou próximo dela.<sup>11</sup> O autoritarismo e o discurso de grande potência do regime contribuíram para assustar os países vizinhos e anular os atrativos do país como parceiro político e, em consequência, como destino de iniciativas presidenciais<sup>12</sup>. Prova disso seriam as duas únicas visitas de representantes internacionais ao Presidente Médici em 1970: o cardeal Dom Eugênio Sales (Legado Pontifício ao VIII Congresso Eucarístico Nacional) e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Kiichi Aichi<sup>13</sup>.

As críticas de Danese à diplomacia Médici prosseguem. Segundo o autor, o discurso oficial demonstrava irrealismo e falta de modéstia, e o Brasil apresentava uma visão distorcida de seu real papel no contexto internacional, como demonstrado na Mensagem Presidencial de 1970<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> DANESE, Sérgio F. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, pp. 13-15.

<sup>11</sup> Id. p. 348.

<sup>12</sup> Id. p. 349.

<sup>13</sup> Cf. Ministério das Relações Exteriores – *Relatório* – 1970. Brasília. Seção de Publicações, 1973, p. 223 *apud* Danese (1999), p. 349.

<sup>14</sup> Danese, pp. 349-350.

### 1.3 Análise internacionalista

Internacionalistas de alto nível teórico já se debruçaram sobre as diretrizes da política externa brasileira do governo Médici. Algumas das análises feitas durante e após o período em questão se encontram na *Revista Brasileira de Política Internacional*. Outras discussões surgem em coletâneas especiais sobre política externa brasileira em geral, onde são debatidos temas de ordem conceitual e histórica ou temas específicos cujas resoluções atravessam governos.

Gelson Fonseca Jr. explicita de forma sucinta o surgimento do pensamento político e teórico em relações internacionais no Brasil. Em 1989, publicou no âmbito da Coleção Relações Internacionais, promovido pela Fundação Alexandre Gusmão e pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, os *Temas de Política Externa Brasileira*. Nesta publicação, em texto intitulado "Estudos sobre Política Externa no Brasil: os Tempos Recentes (1950-1980)"<sup>15</sup>, Gelson Fonseca Júnior tece considerações sobre a análise científica da situação internacional no contexto acadêmico brasileiro. Para ele, o “modo brasileiro” de refletir sobre relações internacionais é a busca de uma compreensão específica do andamento da política externa.<sup>16</sup>

Com o surgimento das primeiras reflexões sobre relações internacionais no Brasil, no período entre 1950 e 1970, trabalhou-se com dois modelos teóricos básicos. O de *nação incompleta* e o do Brasil como *baluarte do Ocidente*. A base analítica do primeiro modelo é a teoria do imperialismo. Segundo esse viés, a nação brasileira não se completa como nação porque a cultura dominante não é autêntica e porque seus valores são os da metrópole e a economia é modelada por formas de produção que não acolhem as necessidades reais da sociedade, servindo aos interesses do capitalismo central<sup>17</sup>. O segundo modelo encontrou expressão, sobretudo, nas escolas geopolíticas, que argumentam que a inserção no sistema capitalista não será tão importante quanto a colocação na disputa Leste-Oeste. O modelo pondera que, no sistema internacional, as relações fundamentais são as estratégicas. Defende uma relação especial com os EUA, onde se obteria vantagens estratégicas e econômicas pela aliança com os americanos. Essa visão foi adotada principalmente por analistas militares, não possuindo, segundo Fonseca

---

<sup>15</sup> FONSECA JR. Gélson. Estudos sobre a Política Externa no Brasil: os tempos recentes (1950-1980). In: FONSECA JR. Gélson e LEÃO, Valdemar Carneiro. *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília: Funag/IPRI/Ática, 1989.

<sup>16</sup> Id. p. 276.

<sup>17</sup> Entre as análises típicas do modelo, ver SCHILLING, Paulo. *O Expansionismo Brasileiro*. São Paulo: Global, 1987; MARINI, Ruy Marini. "Brazilian Sub-Imperialism" *Monthly Review* vol. 23, nº9, fev. 1972.

Júnior, a mesma força do modelo anterior, que foi nitidamente hegemônico entre os cientistas sociais<sup>18</sup>.

Para Fonseca Júnior, entretanto, ambas as percepções, polarizadas, sobre a política externa brasileira, foram criticadas pelos fatos. A política externa não se enquadrava em categorias simples com interpretações deterministas. Face à complexidade do período, o autor descreve uma espécie de “enigma conceitual”.<sup>19</sup>

A coleção intitulada *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)* apresenta importantes artigos sobre questões específicas das relações políticas bilaterais e multilaterais do período. Os recortes temporais são variados assim como os temas tratados. No volume dois, por exemplo, Rubens Barbosa disserta sobre a relação do Brasil com a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), que posteriormente se transformou na ALADI (Associação Latino Americana de Integração).<sup>20</sup> Neste artigo, cujo título é "O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990)", o autor indica os diferentes aspectos econômico-comerciais e os condicionantes internos e externos que influenciaram, ao longo das três décadas em questão, a formulação e implementação da política externa brasileira com relação à integração regional. A atuação do governo Médici na busca pela integração regional, assim como nos anos anteriores, não é entendida como um fim em si mesma. O objetivo final da ALALC, na visão do autor, seria utilizá-la como instrumento de apoio ao desenvolvimento nacional<sup>21</sup>.

Geraldo Holanda Cavalcanti descreve o panorama das relações entre Brasil e a Comunidade Econômica Europeia (CEE) a partir de 1957, em artigo denominado “O Brasil e a CEE: 30 anos de relações”<sup>22</sup>. Mais precisamente com relação ao período Médici, o autor elabora importante trabalho descritivo ao expor os processos decisórios, impasses e

---

Id. p. 278.

<sup>18</sup> Entre os defensores desse modelo: SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981; MATOS, Carlos de Meira, *Brasil Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975. Id. pp. 279-280.

<sup>19</sup> Segundo Fonseca Júnior, o país se tornou mais complexo e algumas expectativas embutidas nos modelos foram negadas por opções que caracterizaram a ação diplomática de meados de 70. É nessa percepção que se insere a questão do "enigma conceitual": por não se reduzir a características simples, o ponto focal da análise da política externa passa a ser justamente o esforço de caracterizá-la em seus movimentos peculiares. Nisso, completa Fonseca Jr., "consistirá o 'trabalho moderno' dos especialistas em relações internacionais". Id. p. 281.

<sup>20</sup> ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996, v. 2, pp. 135-168.

<sup>21</sup> Id. p. 143.

<sup>22</sup> CAVALCANTI, Geraldo Holanda. "O Brasil e a CEE: 30 anos de relações". In: ALBUQUERQUE, op. cit. pp. 169-199.

negociações inerentes ao trâmite das negociações formais.<sup>23</sup>

Ainda no mesmo volume da coleção, encontram-se mais trabalhos sobre a atuação brasileira em outros órgãos multilaterais. É o caso da atuação brasileira no GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), no âmbito da OMC, analisada por Marcelo de Paiva Abreu, com relação aos anos compreendidos entre 1947 e 1990.<sup>24</sup>

Paulo Tarso Flecha de Lima assina artigo intitulado “Diplomacia e comércio: notas sobre a política externa brasileira nos anos 70”<sup>25</sup>. Com título auto-explicativo, o autor busca analisar de que maneira o Itamaraty buscou traduzir as prioridades internas em estratégias de ação externa segundo os condicionamentos da realidade internacional. Seu foco central de estudo é voltado para as formas de apoio à expansão do comércio externo brasileiro que se desenvolveu ao longo da década de 70.

Luiz Augusto de Souto Maior, em seu artigo “A diplomacia econômica brasileira no pós-guerra (1964-1990)”, teoriza sobre o condicionamento da diplomacia brasileira frente às necessidades internas de desenvolvimento. Para isso, esmiúça a atuação brasileira na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e nas rodadas do GATT. Também é objeto de estudo, a busca pela integração, a cooperação regional, a questão nuclear e a questão de Itaipu<sup>26</sup>.

Como visto até o momento, trata-se de um conjunto de importantes trabalhos para aquisição de uma visão conjuntural sobre o assunto.

#### 1.4 Historiografia recente

Por historiografia recente compreende-se trabalhos publicados entre 1990 até a primeira década do século XXI. Entre os mais celebrados historiadores da política externa brasileira, encontra-se Luiz Alberto Moniz Bandeira, cujos trabalhos serviram de base para outras interpretações sobre a política externa militar do governo Médici<sup>27</sup>.

Como de praxe, nas leituras historiográficas sobre o período, Bandeira considera

---

<sup>23</sup> Id. p. 185.

<sup>24</sup> ABREU, Marcelo de Paiva. "O Brasil e o GATT: 1947-1990". In: ALBUQUERQUE, op. cit. pp. 201-218.

<sup>25</sup> LIMA, Paulo Tarso Flecha de. "Diplomacia e comércio: notas sobre a política externa brasileira nos anos 70". In: ALBUQUERQUE, op. cit. pp. 219-237.

<sup>26</sup> MAIOR, Luiz Augusto de Souto. "A diplomacia econômica brasileira no pós-guerra (1964-1990)". In: ALBUQUERQUE, op. cit. pp. 267-296.

<sup>27</sup> Entre seus trabalhos no meio encontram-se: BANDEIRA, Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989; *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987; *Estado Nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993; *O milagre alemão e o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Ensaio, 1994; *Brasil, Argentina e Estados Unidos: da guerra da*

que a política externa brasileira foi instrumentalizada pelos militares para servir aos interesses nacionalistas e desenvolvimentistas. Em sua visão, o General Médici não alterou substancialmente as diretrizes da política econômica do governo anterior, tratando de compatibilizá-la com o capital estrangeiro, pelo esforço do desenvolvimento<sup>28</sup>. Com Médici, os militares assumiram maior controle sobre o processo de desenvolvimento, com o avanço do Estado sobre os setores estratégicos da economia<sup>29</sup>. Esta última explicação adotada por Bandeira é ponto pacífico entre os historiadores.

Muitas das ponderações de Bandeira são, com frequência, posteriormente utilizadas por historiadores como Paulo Fagundes Vizentini e Amado Cervo<sup>30</sup>. Entre as interpretações correntes sobre o significado político do governo Médici na política externa está a de que o nacionalismo autoritário tinha o objetivo de transformar o Brasil em grande potência, no espaço mais curto de tempo<sup>31</sup>. A também chamada “diplomacia do interesse nacional” tinha como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que pudessem limitar o desenvolvimento interno. Essas são, portanto, as considerações centrais que serão utilizadas por outros estudiosos sobre o período em questão.

Amado Luiz Cervo, em sua obra publicada em conjunto com o também historiador Clodoaldo Bueno<sup>32</sup>, opta por um recorte mais amplo para definir a política externa em temporalidade mais abrangente que o simples recorte por governos. Cervo constrói um capítulo explicativo do período que se inicia em 1967, ano que representa uma ruptura com as diretrizes da política externa do governo Castelo Branco, até 1979, fim do governo Geisel e da gestão do chanceler Azeredo da Silveira, cuja política externa ficou conhecida como Pragmatismo Responsável. O capítulo, aliás, foi nomeado “Meios e resultados do pragmatismo em política externa”<sup>33</sup>.

Neste capítulo, especificamente, Cervo esclarece que o material utilizado para a realização do trabalho passa pela análise das fontes oficiais, como os *Documentos de Política Externa*, *Relatório e Resenha de Política Exterior do Brasil*, bem como jornais e estudos anteriores no âmbito das relações internacionais e da história das relações

---

tríplice aliança ao Mercosul. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

<sup>28</sup> BANDEIRA (1989), p. 195.

<sup>29</sup> Ibid.

<sup>30</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008 e VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

<sup>31</sup> BANDEIRA (1989), p. 197.

<sup>32</sup> CERVO (2008).

<sup>33</sup> Id. pp. 397-425.

internacionais do Brasil, como o de Bandeira, anteriormente citado<sup>34</sup>. A diversificação do material trabalhado, porém, confere relevância à análise empreendida, pois esta não se esgota em modelos interpretativos únicos e inflexíveis.

É importante analisar o material trabalhado pelo autor nessa obra, pois, a *História da Política Exterior do Brasil*, é material de grande importância teórica e metodológica para diversos pesquisadores. Trata-se de uma obra de referência, pois analisa de maneira objetiva, consistente e linear, todos os períodos da política exterior brasileira desde a Independência do país, em 1822, até a recente gestão do ex-presidente Lula. Uma breve consulta bibliográfica na historiografia recente sobre regime militar é suficiente para destacar o valor científico do material. Diversos pesquisadores dos mais diferentes níveis da hierarquia acadêmica já citaram a publicação em seus trabalhos.

O autor afirma, como outros pesquisadores, que ao setor externo foi consignada uma função supletiva ao projeto de desenvolvimento nacional. A política externa, no âmbito desse recorte entre 1967 e 1979, apropriou-se de características que se faziam necessárias ao seu desempenho, como universalismo e autonomia, flexibilidade e ajustabilidade, dinamismo e coragem. Ademais, a reformulação do Itamaraty e a formação de seus quadros foram decisivas para que o governo pudesse dispor de chanceleres coerentes. Cervo interpreta que, pela primeira vez na história do Brasil, deu-se conteúdo concreto às propostas universalistas, tanto do ponto de vista conceitual quanto geográfico<sup>35</sup>.

Cervo divide a discussão inicial sobre o Brasil e a política mundial em três partes: A dimensão e as características do poder nacional, a presença brasileira nos foros multilaterais de caráter universal, e a questão da nacionalização da segurança.

As considerações feitas por Cervo quanto ao governo Médici, especificamente no primeiro subitem do capítulo, afirmam que o presidente fez saber, não de forma agressiva, mas com certa arrogância, que ao país cabia uma parcela maior de poder, em contraposição à visão do sucessor, Ernesto Geisel, que defendia a ideia de que o poder se exerce de fato na dimensão disponível segundo os parâmetros de convergências, coincidências e contradições que caracterizam as relações internacionais.<sup>36</sup> O resultado geral das discussões em torno de foros multilaterais foi frustrante, segundo Cervo. Mas, a autoconfiança que caracterizou o governo Médici permitiu que se prosseguisse de forma

---

<sup>34</sup> Id. p. 400.

<sup>35</sup> Id. p. 397.

<sup>36</sup> Id. p. 398.



incisiva na luta para diminuir as distâncias entre o Norte e o Sul, a dependência tecnológica, a separação em zonas de influência e a imposição da vontade de uns sobre os outros<sup>37</sup>. Por fim, a reformulação da Doutrina de Segurança Nacional é analisada em linhas gerais, sob o impulso de dois fatores: a eliminação do modelo bipolar como orientação da política externa e o malogro do diálogo Norte-Sul<sup>38</sup>.

Posteriormente, o autor faz descrições mais factuais das relações do Brasil com o Norte e o Sul, junto a suas respectivas áreas de interesse. Com habilidade, Cervo considera os fatores acima discriminados como primordiais na orientação da política externa.

Outra obra de referência e grande valor historiográfico é a do historiador Paulo Fagundes Vizentini, *A política externa do regime militar brasileiro*, cuja primeira edição foi publicada em 1998<sup>39</sup>. Em sua totalidade, Vizentini considera que a política externa do regime militar foi caracterizada, sobretudo, como diplomacia voltada ao processo de desenvolvimento industrial por substituição de importações e o fortalecimento nacional no plano mundial. Assim como Cervo, considera que o perfil dessa política externa caracterizou-se pela multilateralização e mundialização do Brasil no cenário internacional e uma busca por crescente autonomia frente aos EUA. Vizentini, ademais, ressalta que sua investigação procurou encaminhar o estabelecimento de uma reflexão crítica sobre o conjunto do período, à luz da política externa brasileira no século XX e das recentes transformações mundiais.<sup>40</sup>

Aqui é interessante notar as críticas pontuais de Vizentini à historiografia sobre o período. Segundo o autor, os estudos sobre o assunto pecam pela frequente associação mecanicista entre política externa e interna, sem reflexão sobre o contexto mais amplo do desenvolvimento econômico e dos conflitos sociopolíticos da formação social brasileira<sup>41</sup>. Com isso, argumenta que procurou evitar uma análise que, “como frequentemente ocorre”, privilegia aspectos parciais ou conjunturais mais visíveis. Seu livro, pondera Vizentini, busca uma reflexão que tenta partir de premissas menos marcadas por um acentuado viés ideológico, lembrando que muitas foram feitas dessa forma durante o período militar, embora não cite nenhuma especificamente<sup>42</sup>.

O eixo central de sua análise é a multilateralização da política externa com vistas à

---

<sup>37</sup> Id. p. 400-401.

<sup>38</sup> Id. p. 404.

<sup>39</sup> VIZENTINI (1998).

<sup>40</sup> Id. p. 13.

<sup>41</sup> Id. p. 9.

<sup>42</sup> Id. p. 13.

construção de uma potência média. O autor entende multilateralização das relações exteriores como a busca de novos espaços, regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais, de atuação política e econômica da diplomacia brasileira. Esse processo de mundialização teria permitido ao Brasil contornar uma dependência exclusiva face aos Estados Unidos. O principal fator desse processo consiste na confluência interativa de dois movimentos históricos: a crescente subordinação da diplomacia brasileira às necessidades do desenvolvimento econômico nacional, e a progressiva crise de hegemonia no sistema mundial a partir de meados dos anos 60<sup>43</sup>.

A importância dessa obra passa não só por aquilo que Vizontini chama de caráter de urgência face às dificuldades que o debate sobre as relações internacionais do Brasil passava no momento de sua publicação<sup>44</sup>. Como o próprio autor observa, trata-se de um importante esforço de sistematização sobre um período longo, denso, complexo e relativamente pouco explorado, que pode servir de incentivo para a execução de outros estudos mais aprofundados<sup>45</sup>.

Assim como Cerro, Vizontini usou boa parte da documentação oficial sobre o período, bem como a imprensa escrita. Este tipo de fonte é objeto de polêmica entre os historiadores de distintas correntes teóricas. No âmbito específico de um tema tão recente quanto o da política externa do regime militar brasileiro, porém, há certo consenso entre os historiadores que estudam o período, em trabalhar cautelosamente com a imprensa escrita da época como fonte documental. Bandeira, por exemplo, utiliza amplamente a imprensa escrita em suas obras, construindo boas análises a partir delas. Vizontini ressalta um aspecto interessante da metodologia empregada na pesquisa de política externa: segundo ele, a imprensa revela aspectos politicamente mais ricos e menos enquadrados na rigidez e formalismo das fontes diplomáticas divulgadas<sup>46</sup>. O diferencial de sua obra, segundo Vizontini, é justamente trazer ao público citações dessas fontes, pois os relatórios, discursos e outros documentos estatais já são de amplo conhecimento do público acadêmico. Trata-se de um novo conjunto de informações para os estudiosos, pois a pesquisa cobriu os principais jornais e revistas do país<sup>47</sup>. De fato, o livro possui interessantes ponderações com base em publicações da imprensa da época.

---

<sup>43</sup> Id. p. 10.

<sup>44</sup> Id. p. 13.

<sup>45</sup> Ibid.

<sup>46</sup> Ibid.

<sup>47</sup> Ibid.

De maneira sistemática, Vizontini divide seu livro em cinco capítulos, cada qual correspondente aos respectivos generais que exerceram a presidência durante o regime militar: Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Especificamente com relação ao governo Médici, objeto de estudo do presente trabalho, Vizontini organiza sua exposição com argumentos de forma parecida com Cervo. Suas análises são divididas pela atuação da política externa no Sul e no Norte, e as respectivas relações bilaterais com os países e organismos das regiões. Contudo, é interessante notar a presença de uma análise mais detalhada sobre a atuação de grupos armados contrários ao regime, e a grande repercussão que alguns atos isolados tiveram na condução da política interna e externa do país. O autor lembra o recrudescimento político do regime e os sequestros de diplomatas estrangeiros. Para ele, há uma evidente relação dialética entre a repressão, o “milagre econômico” e a diplomacia do interesse nacional<sup>48</sup>.

Talvez a obra temporalmente mais específica sobre a política externa do governo Médici é a publicação de Cíntia Vieira Souto, no âmbito da Coleção Estudos Internacionais, coordenada por Vizontini, intitulada *A Diplomacia do Interesse Nacional – A política externa do Governo Médici*<sup>49</sup>. Trata-se de um importante esforço em cobrir a lacuna historiográfica existente sobre o período em questão.

Embora não seja uma publicação longa, Souto procura estabelecer um elo entre os elementos conceituais e factuais disponíveis na bibliografia precedente, principalmente com base nos autores citados anteriormente. Segundo ela, seu objetivo era, com base nos dados hauridos nesses materiais, individualizar seu objeto de reflexão sem enquadrá-lo em modelos já existentes. Sua abordagem busca fugir da explicação, utilizada em Bandeira, de que a diplomacia do governo Médici é puro reflexo do nacional-autoritarismo no poder. Para a autora, trata-se de uma simplificação grosseira, que não atende às necessidades de uma explicação convincente para o tema. O poder, segundo ela, emana de diversos centros, embora num estado autoritário eles não sejam transparentes. Havia elementos nacional-autoritários na formulação dessa política externa, mas havia outros que não eram<sup>50</sup>.

O livro busca, portanto, uma síntese que não se restringe essencialmente ao modelo dualista-liberal, nem ao imperialismo-nacional autoritário, como se fossem configurações

---

<sup>47</sup> Ibid.

<sup>48</sup> Id. pp. 131-135.

<sup>49</sup> SOUTO, Cíntia Vieira. *A Diplomacia do Interesse Nacional: a política externa do governo Médici (1969-1974)*. Porto Alegre: Pós-Graduação em C. Política da UFRGS, 1998.

<sup>50</sup> Ibid.

históricas concretas<sup>51</sup>. A autora define como objetivos, identificar o caráter da política externa do governo Médici, procurando estabelecer semelhanças e diferenças em relação às políticas externas de outros governos militares, e de que forma o Brasil operou num cenário internacional complexo, marcado pelo policentrismo econômico, pela multilateralização das relações internacionais e pelo desgaste com os Estados Unidos<sup>52</sup>.

A metodologia é expressa pela disposição dos capítulos, diferindo um pouco do método empregado por Vizentini e Cervo. Souto opta por uma divisão em quatro capítulos. No primeiro, aborda questões que relacionam política interna e economia com as diretrizes da diplomacia, bem como a questão geopolítica e do desenvolvimentismo propalado pela máquina publicitária do regime. Bilateralismo e terceiro-mundismo são discutidos no segundo capítulo. O terceiro capítulo é dedicado, em especial, às relações com a América Latina e os Estados Unidos. No último capítulo, Souto discute as relações do Brasil com outros grupos de países. Entre os grupos abordados estão Portugal e suas colônias africanas no âmbito da questão da independência desses países e a delicada inserção brasileira no tema. Também são abordadas as relações do Brasil com o mundo árabe, em especial Egito e Israel, com a Europa Ocidental e o Japão, e, por fim, a tímida aproximação brasileira com os países socialistas.

### 1.5 Lacunas bibliográficas

O pesquisador que busca informações e pesquisas sobre o regime militar brasileiro enfrentará alguns problemas para encontrar material de estudo mais aprofundado sobre a política externa do período. Terá mais problemas se o assunto a ser pesquisado for a política externa do governo Médici, especificamente. Ao longo do levantamento bibliográfico, percebi diversificadas análises sobre a “correção de rumos”, de Castelo Branco, e a mudança no rumo de uma independência internacional do governo Costa e Silva. O governo Médici, no sentido de uma continuidade, acaba sendo espremido pelo famoso Pragmatismo Responsável do governo Geisel.

---

<sup>51</sup> TAVARES, M. da C. Comentário ao artigo de C. e. Martins. In: COTLER, J. y FRAGEN, R. Relaciones Políticas entre America Latina y Estados Unidos. Buenos Aires: Amorrutu, 1974, p. 336. *Apud* SOUTO (1998).

<sup>52</sup> Souto, 1998, p. 9.

## 2. A diplomacia do interesse nacional: Gestão Gibson Barboza (1969-1974)

### 2.1 Contexto interno

Emílio Garrastazu Médici assumiu o governo em 30 de outubro de 1969. Após o afastamento de Costa Silva em função de uma trombose cerebral, o poder foi exercido por uma junta militar composta por elementos da linha-dura durante dois meses. Ao contrário dos antecessores Castelo Branco e Costa e Silva, Médici não era figura conhecida da população e não teve papel de destaque no golpe de 1964. Era chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) até 1969, quando foi nomeado comandante do Terceiro Exército no Rio Grande do Sul, de onde saiu para ocupar a presidência<sup>53</sup>.

Seu governo foi marcado por intensa repressão e combate a grupos terroristas. A esquerda revolucionária lançou guerrilhas urbanas e rurais que atuaram intensamente entre 1969 e 1972 no intuito de combater o regime militar. Essas organizações foram implacavelmente perseguidas e desmanteladas até 1974. Nesse período, o governo teve que lidar com quatro sequestros de autoridades diplomáticas em território nacional. Durante o período da junta militar, o embaixador norte-americano Charles Elbrick foi sequestrado pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e pela Ação Libertadora Nacional (ALN), sendo posteriormente trocado por 15 presos políticos de esquerda, que foram enviados para o México. Até o fim de 1970, o cônsul do Japão e os embaixadores da Alemanha Ocidental e da Suíça foram sequestrados e posteriormente libertados em troca de dezenas de presos políticos expulsos do país<sup>54</sup>. As negociações contaram com intensa participação do chanceler Mário Gibson Barboza e influenciaram a atuação brasileira em foros multilaterais sobre terrorismo.

A Lei de Segurança Nacional de setembro de 1969 autorizava o governo federal a intervir em qualquer nível de atividade social se julgasse que a segurança nacional havia sido violada. Em outubro, Médici promulgou uma emenda à Constituição de 1967 que dava poderes ao executivo para proteger a segurança nacional. Isso deu origem a um rigoroso sistema autoritário que tornou possível a estabilidade política objetivada pelos militares para governar<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> SKIDMORE, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo (1964-1985). São Paulo: Paz e Terra, 3. Ed., 1989. pp. 211-212.

<sup>54</sup> VIZENTINI, id., pp. 131-132.

<sup>55</sup> SKIDMORE (1989), pp. 219-220.

No campo econômico o país vivia o período conhecido como “milagre brasileiro”. Entre 1970 e 1973, durante a gestão Delfim Neto a frente do Ministério da Fazenda, o país cresceu a uma média de 10% ao ano<sup>56</sup>. A performance econômica daqueles anos legitimou o governo aos olhos da população e de setores da imprensa. Destarte, contribuiu para abafar a férrea perseguição política de grupos minoritários sem grande respaldo popular.

A vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970, somada ao êxito econômico do período, contribuiu para deixar a população otimista e eufórica com a situação do país. O governo aproveitou o momento para neutralizar as críticas internas e externas ao regime, por conta das suspeitas de violação de direitos humanos e das liberdades individuais. Criaram-se lemas ufanistas como “ninguém segura este país” e “Brasil: ame-o ou deixe-o”, numa evidente instrumentalização da publicidade para fins de legitimar o sucesso do governo e calar críticos. A oposição ficou em situação difícil, desmoralizada e fragmentada<sup>57</sup>. Por outro lado, milhões de brasileiros não usufruíram da prosperidade econômica que o país desfrutava.

### 2.1.1 A tecnocracia no poder

Médici dividiu seu governo em três áreas: militar, econômica e política. O ministro do Exército, Orlando Geisel, ficou encarregado de administrar os assuntos militares. O ministro da Fazenda, Delfim Neto, ficou responsável por todos os assuntos econômicos. Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil, ficou com a supervisão dos temas políticos. A estrutura de poder do governo Médici era a aliança militar-tecnocrática. O fato de o presidente delegar poderes a seus homens de confiança fez com que o cerne do processo de tomada de decisões da política brasileira permanecesse oculto do público. O rigoroso sistema autoritário tornou possível a estabilidade política devido à eliminação de qualquer oposição ou crítica séria.<sup>58</sup>

Na política externa o processo decisório não era diferente. Gibson Barboza, em suas memórias e em seu depoimento ao CPDOC, afirma repetidas vezes ter recebido “carta branca” no que dizia respeito à política externa, o que não significava que não sofresse pressão, inclusive dentro do ministério, e que, em última instância, a decisão cabia ao Presidente da República. Em suas memórias cita, inclusive, trechos de conversas pessoais

---

<sup>56</sup> VIZENTINI, id. p. 133.

<sup>57</sup> SKIDMORE, id. pp. 222-224.

<sup>58</sup> *ibid.* pp. 216-220.

com o presidente, onde Médici assegura total autonomia ao seu ministro para a condução do ministério<sup>59</sup>, uma vez que o Itamaraty dispunha tradicionalmente de bastante autonomia para deliberar a política externa do país<sup>60</sup>.

Durante esse período, entretanto, percebe-se certa indefinição do Itamaraty com relação a suas atribuições específicas. Houve um relativo esvaziamento das funções diplomáticas em favor da participação de outros órgãos burocráticos, essencialmente técnicos ou ligados à segurança. O Ministério da Fazenda, excessivamente forte, e a presença de uma área de segurança hipertrofiada e militarizada são sintomas desses desequilíbrios intra-governamentais<sup>61</sup>.

## 2.2 Diretrizes gerais da política externa

O objetivo principal do governo Médici era o desenvolvimento econômico. Essa prioridade, entretanto, não constitui novidade naquele momento da política nacional. A ideia de desenvolvimento e de uma política externa que atuasse em função dessa meta remetem à década de 30<sup>62</sup>. O paradigma do estado desenvolvimentista manteve, além disso, os princípios históricos da diplomacia brasileira, tais como a autodeterminação dos povos, a não-intervenção em assuntos internos, a solução pacífica das controvérsias, a rejeição da conquista pela força, o respeito aos tratados, e acrescentou o novo conceito de interdependência, a ser implementada pela cooperação internacional<sup>63</sup>.

A *Diplomacia do Interesse Nacional* de Mário Gibson Barboza, contudo, promoveu algumas alterações de forma em relação à *Diplomacia da Prosperidade* de Costa e Silva<sup>64</sup>. Suas diretrizes podem ser constatadas por meio dos discursos oficiais. É o caso do discurso de Médici aos formandos do Instituto Rio Branco, em 1970, quando disserta sobre algumas premissas básicas de sua diplomacia<sup>65</sup>. O discurso, inclusive, foi preparado pelo próprio Ministro das Relações Exteriores<sup>66</sup>.

Em linhas gerais, a política externa do governo Médici fixou as seguintes metas de atuação no plano internacional: rejeição da divisão internacional do trabalho e do conceito

---

<sup>59</sup> BARBOZA (1992), p. 132.

<sup>60</sup> SOUTO (2003), p. 31.

<sup>61</sup> VIZENTINI (1998), p. 136.

<sup>62</sup> SOUTO, id., p. 33.

<sup>63</sup> CERVO (2008), pp. 398-399.

<sup>64</sup> VIZENTINI, id., p. 137.

<sup>65</sup> MÉDICI (1973), pp. 25-32.

de Terceiro Mundo; rejeição dos alinhamentos automáticos e do pacto subimperialista; negação do gradualismo no desenvolvimento e crença no desenvolvimento rápido; desenvolvimento pela superação do subdesenvolvimentismo sem deslocamento do contexto capitalista a nível mundial<sup>67</sup>.

A rejeição da divisão internacional do trabalho consiste em uma não aceitação da perpetuação da clivagem Norte-Sul. O conceito de Terceiro-Mundo, nesse contexto, é rejeitado por Gibson Barboza, e em alguns de seus discursos essa tomada de posição esclarece a questão<sup>68</sup>. O que diferencia sua gestão das de outros governos militares nesse tema é o fato de negar uma categoria que por si só classificava uma parte da humanidade numa classe especial, uma classe permanente. Ao negar a divisão do mundo em desenvolvido e subdesenvolvido, Barboza não menciona, em nenhum momento, a necessidade de mudanças estruturais no sistema. Não se trata de negar que o Brasil pertencesse ao Terceiro Mundo<sup>69</sup>. O ministro define, pelo contrário, o terceiro-mundismo como uma "concepção ilusória" e um "mito da sub-história", negando-lhe qualquer papel positivo nas relações internacionais como força política autônoma. Para ele: "os ativistas do Terceiro Mundo tentam perpetuar uma divisão estranha e inaceitável entre os povos que fazem a História e aqueles que a sofrem. O Brasil não pertence a esse grupo e nem acredita na existência de um Terceiro Mundo"<sup>70</sup>.

Quanto à rejeição do pacto sub-imperialista e dos alinhamentos automáticos, Carlos Estevam Martins explica que o pacto em questão vigorou no governo Castelo Branco, uma vez que estava de acordo a um só tempo com o grupo de militares no poder, por ele denominados liberal-autoritários, e com o desenvolvimento econômico do período. A partir de Costa e Silva, e principalmente de Médici, o pacto tornou-se desinteressante para os grupos no poder, que tinham outra visão da inserção mundial do Brasil. O fato do país não ter obtido a reserva de mercado ambicionada nos Estados Unidos fez o Brasil renunciar à aspiração de uma "zeladoria" latino-americana tutelada pelos norte-americanos, passando a aspirar ambições mundiais, ainda que modestas<sup>71</sup>.

---

<sup>66</sup> SOUTO, *ibid.*

<sup>67</sup> *ibid.* p. 33-37.

<sup>68</sup> Entre os discursos mais significativos do período estão o proferido no Conselho Econômico e Social (ECOSOC) em 10 de julho de 1970, em que critica o que ele denomina de mitologia associada à questão do subdesenvolvimento (ver DPE, v. IV, p. 145) e o discurso feito em 2 de fevereiro de 1973, em Nairóbi, no Quênia (ver DPE, v. VII, p. 14).

<sup>69</sup> SOUTO, *id.* p. 35.

<sup>70</sup> MARTINS, Carlos Estevam. *Capitalismo de estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 402 *apud* VIZENTINI, *ibid.*

<sup>71</sup> MARTINS, C. E. Brasil-Estados Unidos: dos anos 60 aos 70. *Cadernos CEBRAP*. N. 9, 1975, p. 41.



Barboza nega enfaticamente o gradualismo no desenvolvimento e proclama sua crença no desenvolvimento rápido. O ministro nega que o desenvolvimento seja um processo de longo prazo, defendendo um aumento progressivo da receita, durante período razoavelmente longo. Barboza remete à explicação histórica. Para ele, naquele momento, a humanidade estava testemunhando uma aceleração geral da história. À época em que se iniciou a revolução industrial, não havia subdesenvolvimento relativo, mas apenas subdesenvolvimento absoluto. O desenvolvimento econômico, conclui, deveria ser planejado de acordo com um conceito de tempo adequado à era espacial, e não segundo um conceito arcaico de tempo<sup>72</sup>.

A última meta a ser distinguida na política externa do período é o conceito original de desenvolvimento aplicado pelo Itamaraty, que rejeitou tanto os alinhamentos automáticos quanto o multilateralismo reivindicatório, típico dos não-alinhados. Trata-se de uma rejeição simultânea dos postulados básicos de Castelo Branco e Costa e Silva. O primeiro lidou com a questão internacional aderindo ao sub-imperialismo e o segundo optou pelo multilateralismo reivindicatório que entrou em contradição por ser uma linha crítica que, em certos momentos, se encaixava numa contestação do sistema capitalista. A *diplomacia do interesse nacional* resolve a complicada questão: superação do subdesenvolvimento, com simultânea salvaguarda do capitalismo em escala mundial<sup>73</sup>. A estratégia não era mais a do anti-imperialismo, mas a da busca de uma melhor posição para o Brasil dentro do imperialismo, passando-se do radicalismo ao pragmatismo, evitando-se os extremos da prepotência (Costa e Silva) e da subserviência (Castelo Branco)<sup>74</sup>.

## 2.3 Multilateralismo

### 2.3.1 Características

Ao contrário do governo Costa e Silva, que privilegiou o multilateralismo com otimismo exacerbado, o governo Médici optou por privilegiar o bilateralismo sem, contudo, abandono total do multilateralismo terceiro-mundista de seu antecessor. Entretanto, as relações multilaterais eram consideradas como relevantes apenas para estabelecer e promover a presença global do país no cenário mundial. Com exceção das organizações internacionais que lidavam com comércio (Acordo Geral sobre Tarifas

---

<sup>72</sup> DPE, v. IV, p. 146.

<sup>73</sup> SOUTO, id. p. 37.

<sup>74</sup> VIZENTINI, id. p. 139.

Aduaneiras e Comércio - GATT), produtos primários (Organização Internacional do Café) e Finanças (FMI), o Brasil se manteve bastante cauteloso quanto aos resultados do multilateralismo. Este era utilizado para reivindicações econômicas que, quando atendidas, favoreceriam o desenvolvimento brasileiro, e para busca de informações a serem aproveitadas nas relações bilaterais<sup>75</sup>.

O Brasil enfrentou a nova ordem internacional pela participação múltipla em diversos grupos: comunidade ocidental, nações em desenvolvimento, sistema interamericano e América Latina, sem, todavia, cair no mimetismo. Para isso, os estrategistas do período passaram a adotar um cômodo *low profile* nos foros multilaterais. O país se recusou a assumir qualquer papel de liderança entre os países em desenvolvimento, optando pelo perfil pragmático<sup>76</sup>. Não obstante, o Brasil inseriu-se num contexto de ruptura do tradicional isolamento hemisférico da América Latina, até então voltada para a esfera norte-americana. O país foi um dos principais protagonistas desta abertura da América Latina para o mundo, sendo um dos Estados mais ativos em participação nas organizações intergovernamentais<sup>77</sup>. O multilateralismo de Barboza, portanto, configurou-se como uma síntese entre as tendências terceiro-mundistas e primeiro-mundistas dos estrategistas da política externa do período. O Brasil, na visão desses estrategistas, estava entre o Terceiro e o Primeiro mundo, e é assim que o país se apresentou nos foros multilaterais<sup>78</sup>.

Em termos didáticos, divide-se a atuação brasileira nos foros multilaterais em três temas, centrais para os interesses do país: segurança, política e economia, com clara ênfase da diplomacia nesta última questão.

### 2.3.2 Política de segurança

A Doutrina de Segurança Nacional passou por transformações desde Costa e Silva em função de dois fatores: eliminação do modelo bipolar como orientação da política externa e malogro global do diálogo Norte-Sul. Essa doutrina evoluiu com as crescentes divergências com os EUA, bem como a diminuição da vulnerabilidade e dependência

---

<sup>75</sup> LAFER, C. Política Exterior Brasileira: Balanços e Perspectivas. Dados, Rio de Janeiro, n. 22, 1979, p. 55  
*apud* SOUTO, op. cit. p. 40.

<sup>76</sup> *ibid.*, p. 42.

<sup>77</sup> SOUTO, op. cit. p. 41.

<sup>78</sup> SOUTO, *id.* p. 41.

externas.<sup>79</sup> Ao invés da *segurança política hemisférica*, preconizada no governo Castelo Branco, privilegiou-se a doutrina da *segurança econômica coletiva*. Nessa perspectiva, a paz internacional encontrava suas condições de possibilidade não mais no confronto bipolar e sim nos parâmetros de desenvolvimento econômico da comunidade internacional<sup>80</sup>.

Em função disso, o elemento mais visível da política de segurança no governo Médici foi a luta contra o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). O Tratado criava dois grupos: os possuidores da bomba, que continuavam a deter um poder insuperável, e os não-possuidores, interditados até mesmo de desenvolver o domínio da tecnologia nuclear para fins pacíficos. O Brasil não aceitou essa restrição imposta pelo TNP, acarretando pressões de parte das potências atômicas. Não obstante, em julho de 1972, Brasil e EUA firmaram Acordo de Cooperação para Uso Pacífico da Energia Nuclear, o que assegurou o fornecimento de combustível para a Usina Angra dos Reis<sup>81</sup>.

Em 1972, surge, com grande destaque, a questão do terrorismo. O repúdio brasileiro a essa modalidade de violência foi incisivo. Naquela ocasião, Barboza criticou as proposições adotadas pela ONU por serem muito brandas, considerando-as inclusive levemente tolerantes com o terrorismo. O Brasil sustentava posições rigorosas no que se refere à punição do terrorismo. A indignação é compreensível: os dois primeiros anos do governo Médici corresponderam ao auge dos sequestros de diplomatas no Brasil<sup>82</sup>.

### 2.3.3 Atuação política

A ONU foi o foro de discussão política mais importante do período por ser a organização multilateral com maior número de países membros e com grande diversidade de temas em discussão. Aqui, mesmo nas questões políticas a atuação brasileira tinha o desenvolvimento como fim.

As características históricas da política externa brasileira estão constantemente presentes na atuação multilateral: a paz, o direito à autodeterminação dos povos e à não-intervenção, o jurisdicismo e o realismo de caráter pragmático<sup>83</sup>.

Entre as principais posições políticas do país na arena multilateral encontram-se:

---

<sup>79</sup> CERVO, op. cit., p.404.

<sup>80</sup> VIZENTINI, op. cit., pp. 145-146.

<sup>81</sup> VIZENTINI, *ibid.*, pp. 193-194.

<sup>82</sup> SOUTO, op. cit., pp. 55-56.

reservas a posturas radicais no Terceiro Mundo; posições antiterroristas bem acentuadas; oposição à expulsão de Formosa em 1971, de Israel e da África do Sul dos órgãos da ONU, bem como relações amistosas com os dois últimos; ausência de interesse em temas coloniais marginais como as Ilhas Malvinas, Porto Rico e Canal do Panamá; pouco interesse em temas de segurança política que não afetassem diretamente o Brasil, como Camboja, Coréia e Vietnã; denúncias de desrespeito aos direitos humanos no Brasil e posição brasileira favorável ao Chile de Augusto Pinochet nessa questão; suporte à manutenção das sanções da OEA (Organização dos Estados Americanos) a Cuba e recusa em restaurar relações com Havana; acusações de prática imperialista do Brasil feitas por outros países latino-americanos; resistência a um confronto Norte-Sul direto, e ênfase no pragmatismo; maior moderação no trato com o Ocidente; rejeição explícita da posição não-alinhada; maior ênfase nos meios para aumentar a riqueza global e menor preocupação com reparação de erros do passado<sup>84</sup>.

A relação arrolada acima evidencia o pragmatismo em questões econômicas e fuga de temas políticos. Segundo Souto, isso explica a maior compatibilidade do Brasil com o G77 que com os Não-alinhados, devido ao perfil eminentemente político deste último, o que deixaria o Brasil numa posição de isolamento. O G77 concentra-se mais em temas econômicos relevantes aos interesses brasileiros, com processos de negociação mais pragmáticos<sup>85</sup>.

#### 2.3.4 A atuação econômica

Em 1969, ano da posse do presidente Médici, estava em curso o balanço da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento II (UNCTAD II) e da "Primeira Década de Desenvolvimento". Os diagnósticos não eram bons: o mundo em desenvolvimento tinha crescido menos na década de 60 que na de 50<sup>86</sup>. O fato motivou Barboza, em discurso na 49ª sessão do ECOSOC, em julho de 1970, a constatar o fracasso da Primeira Década para o Desenvolvimento, apontar os erros cometidos e sugerir soluções. Segundo o ministro, os países ricos enriqueceram, e os países pobres se tornaram ainda mais pobres. Em vez da prosperidade, o resultado final do programa da UNCTAD I

---

<sup>83</sup> Id., p. 57.

<sup>84</sup> SELCHER, W. *Brazil's Multilateral Relations*. Boulder: Westview Press, 1978, pp. 282-283.

<sup>85</sup> SOUTO, op. cit., p. 49 e SELCHER, op. cit. p. 287.

<sup>86</sup> SOUTO, id., p. 45.

foi o empobrecimento relativo<sup>87</sup>. Havia uma constante crítica da diplomacia brasileira quanto à distância separando os discursos e declarações confortadoras dos países ricos e os avanços práticos para a superação do subdesenvolvimento.

Os resultados da Terceira Conferência consolidaram o órgão como o principal para o debate das questões relativas ao crescimento e desenvolvimento econômico, preterindo outros órgãos tradicionais da ONU, como o ECOSOC<sup>88</sup>.

A UNCTAD III ocorreu em abril de 1972 e representou uma singular mudança do interesse diplomático nacional nos foros multilaterais. A distância econômica brasileira do terceiro mundo limitou suas iniciativas, inclusive entre os latino-americanos. Porém, se a UNCTAD III foi frustrante em termos de resultados para a maior parte dos países em desenvolvimento, o Brasil se beneficiou justamente nos aspectos que o diferenciavam da média do Terceiro Mundo, que eram a reforma monetária internacional, a questão dos seguros e a transferência de tecnologia<sup>89</sup>.

No Grupo dos 77 o Brasil tentou acentuar sua posição junto aos países em desenvolvimento. No entanto, as críticas aos países desenvolvidos ressaltaram aspectos que atingiam diretamente os interesses brasileiros: o sistema financeiro internacional, a tentativa dos países desenvolvidos de estabelecerem regras para o controle do meio ambiente, a questão do transporte de mercadorias e a transferência de tecnologia<sup>90</sup>. A representação do Brasil nesses foros foi contraditória e conflituosa, revelando seu status intermediário e interesses diversificados. O país rumou para posições independentes sempre que seus interesses se chocaram com os de algum grupo<sup>91</sup>.

A ampliação da faixa de mar territorial de 12 para 200 milhas náuticas, em março de 1970, assumiu proporções políticas, econômicas e de segurança. Com o apoio da América Latina, foi possível derrubar na ONU uma proposta dos países ricos de relimitar a 12 milhas o mar territorial, vencendo, ao contrário, a proposta de uma Conferência para o Direito do Mar e o aproveitamento de seus recursos, que se realizou em 1974<sup>92</sup>. Embora a ampliação tenha contado com amplo apoio interno, foi objeto de enorme pressão econômica e política, expressa por notas da embaixada norte-americana, continuação de atividades pesqueiras dentro do limite estipulado e visitas de autoridades com vistas a

---

<sup>87</sup> DPE, v. IV, p. 143.

<sup>88</sup> SOUTO, op. cit., p. 48.

<sup>89</sup> SOUTO, *ibid.*, p. 48.

<sup>90</sup> DPE, v. VII, pp. 238-246.

<sup>91</sup> SOUTO, op. cit., p. 48.

<sup>92</sup> CERVO, op. cit., p. 402.

solicitar alterações na referente legislação<sup>93</sup>.

Em setembro de 1973, o Itamaraty estava presente em Tóquio, por ocasião da reunião ministerial do GATT para as negociações comerciais multilaterais, com propostas inovadoras, tendo em vista reformar o comércio internacional e convertê-lo em instrumento do desenvolvimento<sup>94</sup>. Desde 1948, entretanto, a organização do GATT pouco afetou as questões de desenvolvimento, em virtude do papel periférico desempenhado pelos países subdesenvolvidos nessa instituição<sup>95</sup>.

Em resumo, a diplomacia econômica do governo Médici defendeu a promoção das exportações, o combate às regras internacionais que atrapalhavam o livre desenvolvimento nacional e a captação de investimentos, nos marcos da abertura de novos espaços de inserção global<sup>96</sup>.

#### 2.4 Características do bilateralismo

O bilateralismo é uma das características mais conhecidas da diplomacia do interesse nacional. A análise da política externa brasileira da época revela, de fato, clara opção pelo bilateralismo. É o caso da ofensiva diplomática para a América Latina em 1971 e para a África em 1972, bem como as relações com os Estados Unidos e com os demais países desenvolvidos. A opção pelo bilateralismo representa a retomada da tradição do pragmatismo nas relações internacionais do Brasil<sup>97</sup>.

Essa opção revela o movimento de dupla inserção do Brasil no plano mundial. O país se relacionava tanto com os países avançados do Norte quanto com os países em desenvolvimento do Sul. Trata-se de uma opção claramente pragmática, que se relaciona com a ideia de superação do subdesenvolvimento nos marcos do capitalismo<sup>98</sup>. O Brasil objetivava o desenvolvimento, e, no entendimento dos formuladores da política externa do presidente Médici, este era um caminho solitário. Entendia-se que a apresentação dos países do Terceiro Mundo em bloco para a interlocução com as grandes potências homogeneizaria os mesmos, diminuindo as potencialidades de nações diferenciadas como

---

<sup>93</sup> BARBOZA, op. cit. pp. 154-155.

<sup>94</sup> CERVO, op. cit., p. 402.

<sup>95</sup> SOUTO, op. cit., p. 45.

<sup>96</sup> VIZENTINI, op. cit., pp. 190-191.

<sup>97</sup> SOUTO, op. cit., p. 39. Amado Cervo situa a origem do pragmatismo na época de consolidação do Estado Nacional, no início do Segundo Reinado. Sua consolidação teria se dado com o Barão de Rio Branco e com a política externa de Vargas. Ver CERVO (2008), pp. 17-233.

<sup>98</sup> SOUTO, *ibid.*, p. 40.

o Brasil<sup>99</sup>. A solidariedade com o Terceiro Mundo permanece nos discursos de Médici e Barboza, mas, simultaneamente, privilegiando o compromisso com o desenvolvimento nacional de forma individual<sup>100</sup>.

#### 2.4.1 EUA

A partir de 1967, estabeleceram-se novos conceitos para definir as relações entre Brasil e EUA: *rivalidade emergente*, *the missing relationship* e *managed conflict*<sup>101</sup>. O declínio americano no período e a capacidade do Brasil de fazer novos parceiros representaram sacrifício das "relações especiais" típicas do governo Castelo Branco.

O quadriênio 1970-1973 vivenciou o agravamento das relações políticas e comerciais. Várias questões (extensão do mar territorial brasileiro, café, açúcar, política nuclear) puseram os dois países em posições opostas, despertando forte reação do congresso americano. Segundo Cervo, essas divergências espelhavam o confronto global entre as duas políticas externas, guiadas por interesses e conceitos antagônicos: o Brasil via o mundo dividido entre ricos e pobres; os EUA viam-no dividido ideologicamente<sup>102</sup>.

Doravante, os principais pontos de atrito entre os dois países no governo Médici foram a questão dos direitos humanos e a decretação do mar territorial de 200 milhas.

O governo Nixon apoiou publicamente o governo Médici durante todo o seu mandato, ignorando, inclusive, a prática de tortura<sup>103</sup>. Com o agravamento das violações de direitos humanos a partir de 1969, no Brasil, fortes denúncias da oposição americana (democrata) foram expressas por meio do congresso e de políticos influentes. Críticos norte-americanos acusaram o governo americano de compactuar com as violações de direitos humanos no Brasil, o que forneceu munição à oposição democrata exercer influência sobre a opinião pública<sup>104</sup>.

Em março de 1970, o Brasil declarou unilateralmente, mediante decreto-lei, a ampliação do mar territorial brasileiro para 200 milhas marítimas. A decisão do governo brasileiro, tomada a despeito de pressões contrárias dos EUA, procurou reafirmar a autonomia do país em matéria de política internacional. Vizontini pontua que o ato

---

<sup>99</sup> SOUTO, id., p. 38.

<sup>100</sup> Id. *ibid.*

<sup>101</sup> CERVO, op. cit. p. 407.

<sup>102</sup> CERVO, *ibid.*, pp. 407-409.

<sup>103</sup> SOUTO, op. cit., p. 72.

<sup>104</sup> SOUTO, *ibid.*, pp. 72-73.

revelava um cuidadoso cálculo político. Foi concebido por um restrito grupo de *policy makers*, implementado a partir de cima, evitando qualquer utilização prévia da opinião pública ou retórica ideológica anti-imperialista. Essa atitude possuía uma motivação essencialmente político-diplomática, e apenas secundariamente econômica, constituindo um sinal aos demais atores da presença internacional do país, além de reforçar internamente o discurso *Brasil Potência* como forma de legitimação do regime. Com efeito, ela não despertou reação automática dos EUA, frustrando qualquer possibilidade de retaliações na medida em que não recorreu a instrumentos desafiadores da ordem mundial vigente. Vizontini conclui que o Brasil não almejava um reconhecimento internacional formal do ato, mas o respeito por uma atitude soberana<sup>105</sup>.

Com o objetivo de melhorar as relações entre os dois países, foi agendada uma visita do presidente Médici aos EUA em 1971. O encontro só foi acertado após a negociação do acordo de pesca com os EUA, pois simbolizava o fim das divergências com relação à ampliação do mar territorial brasileiro. A visita teve duas finalidades: reiterar os termos das relações bilaterais e contornar o controle dos lobbies sobre o congresso americano pelo entendimento igualitário de cúpula. Havia uma grande preocupação da parte brasileira em realçar o aspecto político do encontro, ao invés do aspecto estritamente econômico. O encontro produziu três resultados concretos: a infeliz frase de Nixon "para onde o Brasil for, irá o resto da América Latina"; robustecimento do entendimento mútuo por um sistema de consulta de alto nível, com visitas de chanceleres e autoridades; acordos sobre pesca, produtos agrícolas, cooperação científica, atividades espaciais e pesquisas oceanográficas<sup>106</sup>.

A declaração de Nixon alcançou imensa repercussão nos demais países da América Latina, por reforçar as teorias de que o Brasil desempenhava um papel sub-imperialista, com os Estados Unidos a legitimá-lo como satélite privilegiado, atribuindo-lhe a função de país-chave no hemisfério<sup>107</sup>. Apesar da gafe, o balanço da visita foi positivo do ponto de vista político, pois correspondeu às expectativas brasileiras em ter seu desenvolvimento reconhecido<sup>108</sup>.

#### 2.4.2 América Latina

---

<sup>105</sup> VIZENTINI, op. cit. p. 148.

<sup>106</sup> CERVO, op. cit., pp. p. 409.

<sup>107</sup> BANDEIRA, op. cit., p. 206.

<sup>108</sup> SOUTO, op. cit., p. 84.



A aproximação do Brasil com o continente se intensificou a partir de meados de 1971. A América Latina se encontrava em ambiente de questionamento da supremacia americana no continente. Além disso, alguns países vizinhos passavam por violenta crise política, o que despertou a preocupação brasileira, apesar do discurso clássico de não-intervenção e de autodeterminação dos povos.

O país tinha como objetivo político combater as crescentes acusações de domínio econômico sobre as nações latino-americanas, e por isso também estabeleceu relações comerciais e financeiras com países industrialmente menos desenvolvidos. À América Central Gibson Barboza dispensou tratamento regional. O ministro defendeu o estabelecimento de uma linha regular de navegação marítima para os países da região e promoveu o debate acerca da importância estratégica da abertura de linhas de crédito para países de menor expressão.

Na América do Sul privilegiou-se o entendimento bilateral. Gibson Barboza fez diversas visitas entre 1971 e 1973 aos vizinhos do Brasil. Paraguai e Bolívia, por exemplo, representavam papel chave na disputa com a Argentina sobre a questão de Itaipu. O Uruguai assume singela importância na política externa do período por conta do sequestro do cônsul brasileiro creditado naquele país, Aloísio Gomide<sup>109</sup>. Além do triste episódio, o Brasil atuou na esfera financeira, liberando uma linha de crédito de 15 milhões de dólares ao país vizinho.

As relações com a Argentina tinham função comercial e estratégica. O período Médici marca o início da superação da rivalidade no período. Souto afirma que o viés geopolítico da diplomacia argentina tinha como objetivo estabelecer uma espécie de Vice-Reino do Rio da Prata, exercendo domínio sobre a Bolívia e o Paraguai. Assim, a Argentina teria usado o Tratado da Bacia do Prata de 1969<sup>110</sup> para mediatizar o conflito com o Brasil e obstaculizar o desenvolvimento industrial brasileiro, como utilização do Direito internacional para impedir a construção da usina brasileiro-paraguaia na região das Sete Quedas<sup>111</sup>. Porém, com a ascensão de governos de direita na Bolívia, Uruguai e Chile, a Argentina terminou isolada, processo que resultou em preponderância brasileira na região.

---

<sup>109</sup> O ministro faz um dramático relato do episódio em BARBOZA, op. cit., pp. 176-182.

<sup>110</sup> O Tratado da Bacia do Prata foi assinado por Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai em 23 de Abril de 1969 e tinha como finalidade promover a integração física da região platina por meio de programas concretos de cooperação. GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005, p. 200.

<sup>111</sup> SOUTO, op. cit., p. 94.

O conflito político-diplomático em torno da compatibilização das represas de Corpus e Itaipu se desenvolveu em dois níveis distintos: o primeiro dizia respeito aos trâmites técnicos e diplomáticos que envolviam a construção de ambas as represas em um rio internacional contíguo e de curso sucessivo; o segundo envolvia questões estratégicas e geopolíticas com repercussões no equilíbrio do poder regional<sup>112</sup>. A Argentina se municiou de argumentos técnicos e diplomáticos para inviabilizar o projeto. As dificuldades políticas só foram dirimidas no Acordo Tripartite de 1979. Este Acordo marcou a distensão que, alguns anos mais tarde, resultaria no processo de integração<sup>113</sup>.

#### 2.4.3 Portugal, África e a questão colonial

Até 1972, a posição brasileira com relação ao colonialismo português foi marcada pela ambiguidade. O país não queria manchar a histórica amizade com os portugueses, mas também não queria se distanciar da via terceiro-mundista, do discurso pragmático e progressista de autodeterminação dos povos e das possibilidades proporcionadas pela abertura de novos mercados africanos. As colônias africanas lutavam por sua independência e o mundo estava atento a isso. Com efeito, a inédita visita do ministro brasileiro a nove países da África,<sup>114</sup> em outubro e novembro de 1972, marcou a preferência política do Brasil pela África subsaariana.

A nova política externa para a África teria sido ideia do ministro Gibson Barboza, segundo afirmação do mesmo em suas memórias<sup>115</sup>. Suas convicções, entretanto, causaram um acirrado embate entre o Itamaraty e Ministério da Fazenda, mais especificamente entre seus respectivos ministros, Gibson Barboza e Delfim Neto. Por ocasião da marcação da visita aos países africanos, em dezembro de 1971, além da reação negativa de Portugal e do então presidente da Petrobrás, Ernesto Geisel, houve descontentamento de Delfim com a política adotada. Ambos os ministros trocaram farpas por meio de declarações formais à imprensa. Delfim considerava que o Brasil devia penetrar na África através das províncias ultramarinas portuguesas e que, qualquer estratégia diferente, como a que estava em curso,

---

<sup>112</sup> MELLO, Leonel Itaiçu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996, p. 145 *apud* SOUTO, op. cit., p. 95.

<sup>113</sup> SOUTO, op. cit., pp. 97-98.

<sup>114</sup> Costa do Marfim, Senegal, Gana, Togo, Daomé (Benin), Nigéria, Camarões, Zaire e Gabão. VIZENTINI, op. cit., p. 180.

<sup>115</sup> BARBOZA, op. cit., pp. 234-236.

estaria fadada ao insucesso<sup>116</sup>. Barboza respondeu a altura e acusou Delfim de ser um "super-ministro", chegando a por seu cargo a disposição. Médici, porém, rejeitou o pedido de demissão e garantiu a Barboza que sua política teria todo apoio<sup>117</sup>.

Antes de Barboza, a aproximação com a África subsaariana já era cogitada. A visita empreendida pelo ministro em 1972, contudo, envolveu profundos estudos preliminares sobre a África por parte do Itamaraty por se tratar de uma primeira aproximação. Em função disso, o roteiro da visita foi estrategicamente traçado. Vários acordos culturais, comerciais e de cooperação técnica foram assinados. A pregressa posição brasileira de apoio a Portugal nas questões coloniais não representou óbice durante as visitas. Ademais, a política africana do governo Médici foi exitosa e abriu uma via de cooperação Sul-Sul<sup>118</sup>.

Em 1973, o Brasil se ofereceu para mediar um diálogo entre Portugal e a África Negra. Com a recusa de Portugal em aceitar qualquer tipo de mediação, a mudança de posição do Brasil com relação ao país europeu passou a ser definitiva e a imagem do Brasil como aliado incondicional do colonialismo português deixou de ser verdadeira.

#### 2.4.4 Oriente Médio

A aproximação com o mundo árabe aconteceu por motivações realistas, embora o Brasil também estivesse em busca de maior inserção nos projetos de cooperação Sul-Sul. O interesse econômico era consequência da crescente alta de preços do petróleo desde 1971 e, principalmente, da crise energética derivada da Crise do Petróleo de 1973. Até então, o Brasil mantivera certa equidistância do conflito árabe-israelense com inclinação para o lado de Israel. Com a eclosão da crise, a diplomacia brasileira passou a se orientar para o lado árabe. Os interesses econômicos, portanto, podem ser traduzidos pela necessidade de exportação pelo Brasil e garantia de abastecimento do petróleo. Os países da região eram atrativos enquanto mercado consumidor, e o crescente consumo brasileiro gerava a dupla necessidade de equilibrar as contas externas<sup>119</sup>.

Barboza fez viagem à região pouco antes da eclosão da Guerra do Yom Kippur, em 1973. O roteiro da visita foi estrategicamente traçado. A fim de visitar o Egito e Israel e manter um diálogo político equânime, Barboza intercalou a viagem com uma passagem

---

<sup>116</sup> SOUTO, op. cit., p. 101.

<sup>117</sup> SOUTO, op. cit., p. 102.

<sup>118</sup> SOUTO, op. cit., pp. 106-111.

<sup>119</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 182.

pelo Quênia. O primeiro país a ser visitado foi o Egito, em janeiro de 1973, onde o Brasil acertou a participação da Petrobrás para pesquisa e prospecção do petróleo local e assinou acordo de cooperação técnica<sup>120</sup>. Ademais, o ministro expôs algumas considerações para a solução do conflito árabe-israelense, como a retirada de Israel da península do Sinai, retorno das Colinas de Golan à Síria e solução para o problema dos refugiados palestinos<sup>121</sup>.

Após a passagem pelo Quênia, Barboza visitou Israel, onde assinou diversos acordos bilaterais de colaboração técnica e científica e, também, discutiu o conflito árabe-israelense<sup>122</sup>.

#### 2.4.5 Europa Ocidental e Japão

A análise conjunta das duas regiões geograficamente distintas é singular devido à importância política dessa aproximação como um todo. O Japão e a Europa Ocidental representaram sólido contraponto a Washington. O Brasil estava em busca de novas formas de cooperação internacional em contexto de multipolarização favorável ao desenvolvimento interno. A diplomacia do interesse nacional também visava colocar-se como elo entre o Primeiro e o Terceiro Mundo. Apesar disso, percebe-se, no período em questão, ausência de uma política geral para a Europa e ênfase no bilateralismo: a oportunidade de angariar capitais e tecnologia também serviu de motivação para a aproximação.<sup>123</sup>

Nessa conjuntura, o país assinou diversos acordos com os países da Europa Ocidental. Também foram registradas as primeiras manifestações e questionamentos sobre direitos humanos por parte de ativistas desses países. No caso do Japão, especificamente, as trocas aumentaram sobremaneira entre 1969 e 1973. O país não possuía um lugar claramente definido na ordem mundial e vivenciava um desenvolvimento econômico acelerado, conhecido como "milagre japonês". A intensa agenda bilateral evidenciou o grande interesse brasileiro em desenvolver uma cooperação com uma potência industrial capitalista ascendente, sem uma posição ainda claramente definida no cenário mundial<sup>124</sup>. Como forma de estreitar as relações, houve visita recíproca de ministros em 1970, criação

---

<sup>120</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 183.

<sup>121</sup> BARBOZA, op., cit., pp. 218-219.

<sup>122</sup> VIZENTINI, op. cit., pp. 183-184.

<sup>123</sup> SOUTO, op. cit., p. 114

de comissões mistas bilaterais e encaminhamento de projetos de assistência técnica<sup>125</sup>.

#### 2.4.6 Países socialistas

As relações do Brasil com os países socialistas do leste europeu se restringiram ao plano econômico. As trocas e acordos estabelecidos se limitaram a produtos primários, com pouca iniciativa de ambas as partes para o incremento das relações e números pouco expressivos. Verificou-se, durante o governo Médici, um desequilíbrio nas trocas comerciais com saldo favorável ao Brasil, apesar do esforço de ambas as partes para diminuir essa diferença. Não obstante o pequeno impacto na economia brasileira das trocas efetuadas com os países socialistas europeus, a aproximação marcou o avanço da opção pragmática na diplomacia brasileira<sup>126</sup>. Vizontini pontua que, apesar das diferenças ideológicas, as relações do Brasil com esses países se mantiveram satisfatórias no terreno político, mesmo mantendo um *low profile* nesse domínio.<sup>127</sup>

#### 2.4.7 Ásia e Oceania

Com relação à Ásia e Oceania, o incremento das relações também foi modesto, muito em razão da continuidade da ausência de relações diplomáticas com a China. Entre os fatos de maior relevância está o reconhecimento de Bangladesh, em 1972. Com o reconhecimento, o Brasil acreditava que a estabilidade política do novo Estado poderia contribuir para o equilíbrio de poderes no subcontinente indiano<sup>128</sup>. Com exceção da Índia, as relações com o restante da região foram puramente comerciais. O Brasil firmou acordos comerciais e de cooperação nos domínios técnico, científico com os indianos. Os interesses brasileiros com relação à cooperação científica estavam ligados principalmente à questão atômica<sup>129</sup>.

---

<sup>124</sup> VIZENTINI, op. cit., pp. 121-122.

<sup>125</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 122.

<sup>126</sup> SOUTO, op. cit., p. 120

<sup>127</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 173.

<sup>128</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 186.

<sup>129</sup> VIZENTINI, op. cit., p. 186.

## Considerações Finais

Produto do complexo processo de articulação entre atores internos e externos, a política externa do governo Médici foi permeada por interessantes alterações na arena internacional e no crescente processo de integração com os atores internacionais, fundamentado nos princípios tradicionais da diplomacia brasileira, como a defesa da paz, do diálogo, da autodeterminação dos povos e da não-intervenção.

A *Diplomacia do Interesse Nacional* intensificou as relações bilaterais no intuito de explorar as possibilidades de intercâmbio econômico e acordos financeiros, sempre em consonância com a meta nacional de desenvolvimento. O multilateralismo do governo anterior promoveu debates estridentes sem ganhos efetivos e refluíu para uma concepção mais realista do cenário internacional. O Brasil se portou como país emergente onde o “vir-a-ser” potência era entendido como um processo histórico necessário. A divisão entre países ricos do Primeiro Mundo e pobres do Terceiro Mundo foi interpretada como anacrônica, na visão dos responsáveis pela execução da política externa. A percepção de poder do país se alterou neste período, em função, principalmente, do sucesso na área econômica e o consequente otimismo da opinião pública. Era imperioso que o Brasil se lançasse na arena internacional como ator dinâmico, munido de argumentos e recursos diplomáticos favoráveis ao interesse nacional.

E assim se sucedeu em vários aspectos. Os ganhos efetivos nas relações internacionais superaram as dificuldades enfrentadas. Chefiada pelo ministro Mário Gibson Barboza, a diplomacia brasileira lançou-se em direção à África, um continente em processo de emancipação que passou a oferecer interessantes perspectivas de inserção econômica, política e cultural. O Brasil diversificou seus mercados, intensificou relações com países vizinhos e desenvolveu uma aproximação pragmática com países ideologicamente opostos. Afastou-se definitivamente do alinhamento automático característico do conflito bipolar entre Estados Unidos e União Soviética e abandonou o discurso anacrônico de segurança coletiva, aproveitando sobremaneira o ambiente internacional da *détente* para diversificar suas relações.

O processo histórico dessa política externa não se esgota diante de um recorte temporal delimitado e específico. O *Pragmatismo Responsável* do sucessor de Médici, general Ernesto Geisel, absorveu algumas das concepções da política externa precedente, assim como a *Diplomacia do Interesse Nacional* aproveitou os erros e acertos das

experiências diplomáticas pregressas. As relações internacionais do Brasil durante o governo Médici, portanto, se inserem na dialética da história. Suas ações produziram reflexos que continuam a influenciar o processo decisório da política externa brasileira contemporânea, além de representarem importante conjunto de acontecimentos a serem revisitados, retrabalhados e aprofundados pela historiografia em franco diálogo com outros temas e formas de abordagem.

## FONTES IMPRESSAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. *A nova ordem mundial: painel de assuntos internacionais*, Brasília, 1977.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Documentos de Política Externa*, v. IV, 1969-1970. Brasília.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Documentos de Política Externa*, v. V, 1971. Brasília: 1973

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Documentos de Política Externa*, v. VI, 1972. Brasília: 1973.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. *Documentos de Política Externa*, v. VII, 1973. Brasília: 1974.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório 1970*. Brasília: 1973.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório 1971*. Brasília: 1974.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório 1972*. Brasília: 1974

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório 1973*. Brasília: 1976

BRASIL. Secretaria de Imprensa da Presidência da República. *Metas e Bases para a Ação do Governo*. Brasília, 1970.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A Verdadeira Paz*. Brasília: Secretaria de imprensa da Presidência da República, 1973.



## BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guillon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira*. São Paulo; Universidade de São Paulo, 1996, v. 2.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O estudo das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: da guerra da tríplice aliança ao Mercosul*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- \_\_\_\_\_. *O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Estado nacional e política internacional na América Latina (1930-1992)*. São Paulo: Ensaio, 1993.
- \_\_\_\_\_. *O milagre alemão e o desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Ensaio, 1994.
- BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- BARROS, Alexandre de S.C. A formulação e implementação da política externa brasileira. In: Muñoz, A.; Tulchin, J.S. *A América latina e a política mundial*. São Paulo: Convívio, 1986, pp. 29-42.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história: ou ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.
- CERVO, Amado Luiz. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: Ibri, 2001.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 a nossos dias*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3ª Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Org.) *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro; Brasília: Revan; Editora Universidade de Brasília, 1998.
- CERVO, Amado Luiz; DÖPCKE, Wolfgang (Org.). *Relações internacionais dos países americanos: vertentes da história*. Brasília: Linha Gráfica, 1994.

- CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- CROCE, Benedetto. *A História - Pensamento e Ação*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1962.
- DANESE, Sérgio F. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- FONSECA JR. Gélson. Estudos sobre a Política Externa no Brasil: os tempos recentes (1950-1980). In: FONSECA JR. Gélson e LEÃO, Valdemar Carneiro. *Temas de Política Externa Brasileira*. Brasília: Funag/IPRI/Ática, 1989, pp. 275-283.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- \_\_\_\_\_. O Pensamento dos Militares em Política Internacional (1961-1989). *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 40, n.1, 1997, pp.18-40.
- JAGUARIBE, Hélio. Presente e futuro das relações Brasil-Estados Unidos. In: HIRST, M. *Brasil - Estados Unidos na transição democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, pp. 75-82.
- LAFER, Celso. *Paradoxos e possibilidades: estudo sobre a ordem mundial e sobre a política exterior do Brasil num sistema internacional em transformação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- LOHBAUER, Christian. *Brasil-Alemanha: fases de uma parceria (1964-1999)*. São Paulo: Edusp, 2000.
- MARTINS, C. E. Brasil-Estados Unidos: dos anos 60 aos 70. *Cadernos CEBRAP*. N. 9, 1975.
- MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner: Brasil-Paraguai (1955-1980)*. Campinas: Papirus, 1987.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani. As relações comerciais Brasil-África nos governos Médici e Geisel. *Política e Estratégia*, v.VII, n.2, abr./jun. 1989, pp. 189-215.
- PACKENHAM, Robert A. The changing political discourse in Brazil, 1964-1985. In: SELCHER, Wayne A. *Political liberalization in Brazil*. Boulder: Westview Press, 1986, pp. 135-173.
- PATRÍCIO, Raquel C. de C. *As relações em eixo franco-alemãs e as relações em eixo argentino-brasileiras: gênese dos processos de integração*. Lisboa: ISCSP, 2007.
- PINHEIRO, Leticia. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- POPPER, Karl. *A miséria do historicismo*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Foreign policy and political regime*. Brasília: Ibrri, 2003.
- SARDENBERG, Ronaldo M. A política externa do Brasil nas duas últimas décadas. *Curso de introdução às relações internacionais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983, pp. 63-80, v. 6.
- SELCHER, Wayne A. *Brazil's multilateral relations between First and Third Worlds*. Boulder: Westview Press, 1978.

SILVA, Heloisa C. M. da. *Da substituição de importações à substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUTO, Cíntia Vieira. *A Diplomacia do Interesse Nacional: a política externa do governo Médici (1969-1974)*. Porto Alegre: Pós-Graduação em C. Política da UFRGS, 1998.

STEPAN, Alfred C. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998.

## **Declaração de Autenticidade**

Eu, Malcív Machado Marcos Terena, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado "A Diplomacia do Interesse Nacional: Aspectos da Política Externa do Governo Médici" foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho é inédito e que nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico, nem foi publicado integralmente em qualquer idioma ou formato.

Brasília, de julho de 2011.

---

Malcív Machado Marcos Terena  
Matrícula: 08/35595